

Imposto para financiar gastos com Saúde passa por 57 a 13

■ CPMF vigora em maio de 96 se for aprovado pela Câmara

BRASÍLIA — Por 57 votos a favor, 13 contra e duas abstenções, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a criação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), para financiar gastos com a saúde pública, por dois anos. A nova contribuição sobre o cheque, no valor de 0,25%, restabeleceu com novo nome, o antigo IPMF (Imposto sobre Movimentação Financeira).

“Será mais um imposto que o consumidor vai pagar pelos desvios e má administração do dinheiro da saúde”, protestou o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA). A nova contribuição só entrará em vigor no ano que vem. A votação

em segundo turno está prevista para se realizar entre os dias 6 e 10 de novembro. Na Câmara dos Deputados, a criação da CPMF passará por uma Comissão Especial, que terá 40 sessões para examiná-la. Depois de aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Fernando Henrique, o governo ainda terá 90 dias para regulamentá-la. A previsão é a de que ela só comece a vigorar em maio de 96, informou o relator da proposta, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Na Câmara, a CPMF encontrará muita resistência. O presidente da Câmara, Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), e o líder do PFL, Inocêncio de Oliveira já se manis-

taram contra a criação do novo imposto.

O autor da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (SE), que trocou ontem o PPB pelo PSB, defendeu a regulamentação da contribuição por medida provisória. “Temos pressa em tirar a saúde da UTI”, afirmou.

A previsão de arrecadação do governo com o novo imposto é de R\$ 6 bilhões para complementar os R\$ 20 bilhões previstos para a área de Saúde no Orçamento de 96.

No PT, o líder Eduardo Suplicy (SP) anunciou que toda a bancada votaria contra por decisão do diretório nacional do partido, mas no segundo turno, seria solicitada uma revisão da posição.